



SENADO EM CRISE Integra do discurso pronunciado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), escrito de próprio punho no domingo à noite. Em 40 minutos, ele confessa que recebeu a lista de Regina e que foi "ingênuo e infantil"

Lá estava a lista... de votação. Eu li.

(Lá estava a lista...)

Sr. Presidente, sr@s e srs. senadores, o que estão neste plenário e aqueles que tentei avisar e que, eventualmente, não puderam estar aqui neste momento, mas certamente estarão nos assistindo pelo rádio ou pela televisão.

"INÚTIL RESISTIR À VERDADE"

"QUERO MEU SONO DE VOLTAR, QUERO PODER DORMIR TRANQUÍLO, OLHAR AS PESSOAS NOS OLHOS, ESPECIALMENTE MEUS FILHOS"

descreveu é aquele mesmo.

Perguntei à dra. Regina se era possível conhecer os votos de uma votação secreta, pois o presidente Antonio Carlos Magalhães desejava essa informação. Ela respondeu que achava que não e eu falei: bom, mas o que se fala é que talvez isso aconteça. Sua senhoria, então, nervosa, disse que iria verificar.

É preciso ficar claro, portanto, que eu não pedi, muito menos determinei, nem em meu nome nem em nome do presidente ACM, que ela obtivesse a lista. Aper as consultei-lhe se isto acontecia, se era possível acontecer.

O detalhe, repito, não visa a diminuir minha responsabilidade no episódio, em meu nome ou no nome do presidente Antonio Carlos Magalhães, que S. Senhoria obtivesse a lista. Apenas consultei-a sobre se acontecia, se era possível.

Vi o depoimento da dra. Regina Borges. Difícil negar-lhe a veracidade.

Talvez alguns enganados, ao certo mudanças de data, esquecimento num ou outro detalhe, que em nada comprometem o fato e a verdade que ela relatou.

Numa conversa com o senador Antonio Carlos, no gabinete da Presidência, falando de tendências e possibilidades de votos, em votações anteriores e na que se seguiria e já monopolizadas as atenções, surgiu a dúvida se esses votos, no Senado, quando secretos, eram ou não conhecidos pelos técnicos do Prodasen.

Sai do encontro com a incumbência de investigar sobre essa possibilidade à dra. Regina. Não o fiz de imediato.

Não me recordo exatamente se ela me procurou por algum assunto. Mas do que estou certo é que efetivamente disse-lhe que queria lhe fazer uma consulta pessoal e ela de fato foi ao meu apartamento.

Estou certo que não foi no dia 27. Neste dia, o roteiro que descrevi foi aquele mesmo. Mas o que importa é que de fato ela foi à minha casa e o diálogo que ela

a dra. Regina pode ser de difícil comprovação, e talvez até nunca fosse efetivamente provado.

Mas, e daí? Não muda a verdade. Provavelmente se eu continuasse com a versão de que não fiz nada do que me acusam, assim como o senador Antonio Carlos, dificilmente se conseguiria provar cabalmente que as coisas aconteceram assim, mas aconteceram.

Sr@s e Srs. senadores, quero meu sono de volta, quero poder dormir tranquilo, olhar as pessoas nos olhos, especialmente meus filhos. A verdade pode não ter cem por cento de lógica; não ser capaz de gerar provas cabais; de ter até inconsistências como resultado de lapsos de memória, mas desencadeia um mecanismo em quem a empunha que varre qualquer esperteza, qualquer argumento contrário.

"PEÇO LICENÇA PARA INDAGAR DO QUE SOU ACUSADO, DE ROUBAR? DE CORRUPÇÃO? DE DESVIAR DINHEIRO PÚBLICO? DE ME ENRIQUECER ILICITAMENTE? NÃO, RIGOROSAMENTE, NÃO"

Inútil resistir a ela. Estamos em desacordo. Eu e a dra. Regina, em relação a alguns fatos e datas. Não fiz com ela, depois de conversar com o senador Antonio Carlos sobre a necessidade de manter o sigilo em relação a alguns fatos e datas.

Também não tenho como precisar todos os detalhes. É óbvio que para qualquer um de nós dois é difícil e penoso esse exercício de memória, mas isto não muda a essência da verdade.

Posso afirmar que quando busquei a agenda do dia 27, depois de conversar com o senador Antonio Carlos sobre a necessidade de manter o sigilo em relação a alguns fatos e datas, não fui informado de que eu deveria ocultar o conhecimento que tinha da lista e para ocultar o próprio episódio.

Escrevo da falha inicial, falhei novamente.

Ela disse, em seu depoimento, que poderia ter havido, na tarde do dia 28, uma ligação minha ou de alguém ligado, a mim cobrando ou pelo menos procurando-a. Sinceramente não me lembro de ter feito isso e, com certeza, não mandei ninguém

fazê-lo. Mas a verdade é o que ela afirma depois.

Ela me ligou à tarde dizendo que tinha algo para entregar-me. Eu pedi ao meu assessor, dr. Domingos, pegar com ela o que ela queria me entregar. Naquele momento lembro de ter lamentado profundamente a consulta que fizera. Lamentei o que considerei uma precipitação da dra. Regina. Talvez até um impulso inconsciente de diminuir minha responsabilidade no episódio e pensei claramente na inutilidade de se saber o que passou.

Quando o dr. Domingos me entregou o envelope de papel pardo — também é verdade —, sem saber do que se tratava, eu o abri. Lá estava a lista de votação. Eu li. Era um papel comum, sem timbre oficial. Tinha a relação dos nomes dos senadores com o voto ao lado. Não tirei cópia. Guardei a lista no envelope e, em seguida, fui ao gabinete do presidente Antonio Carlos. S. Ex.º olhou com atenção; conferiu voto a voto, e juntos fizemos alguns comentários. Estávamos sozinhos na sala. Ainda na minha presença ele pediu que ligassem para a dra. Regina e de fato agradeceu a ela o envio da lista.

A lista ficou com ele. Lembro ainda que eu mesmo pedi para que ele ligasse, para que ela tivesse certeza de que eu entreguei a lista a ele. O que se seguiu depois todos já sabem. Encontrei-me poucas vezes com dra. Regina nesse período e também não falamos sobre isso até que houve a divulgação do teor da conversa entre o senador Antonio Carlos e os procuradores.

"TENHO QUE RECONHECER QUE USEI A VERDADE DA AGENDA E SUAS EVIDÊNCIAS PARA OCULTAR O CONHECIMENTO QUE TINHA DA LISTA E PARA OCULTAR O PRÓPRIO EPISÓDIO. ESCRAVO DA FALHA INICIAL, FALHEI NOVAMENTE"

Assseguro que, por intermédio de mim, ninguém, nenhum senador, nenhuma outra pessoa soube da lista ou do seu conteúdo. E mais: também nunca fiz qualquer alusão ao que vi com quem quer seja.

Um parêntese: quando alguns comentários frequentaram os

corredores e chegaram aos jornais em forma de notas, posso ter contribuído com alguma ligação, posterior, e nunca afirmativa, a respeito da dúvida levantada.

Lamento profundamente que tudo isso tenha ocorrido e assumo publicamente a minha parcela de responsabilidade. Permitam-me, sr@s e srs. senadores, fazer algumas considerações.

"É PRECISO FICAR CLARO QUE NÃO PEDI, MUITO MENOS DETERMINEI, EM MEU NOME OU NO NOME DO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, QUE SUA SENHORIA [Regina] OBTIVESSE A LISTA. APENAS CONSULTEI-A SOBRE SE ACONTECIA, SE ERA POSSÍVEL"

Primeiro: a quem interessava, de fato, essa lista? Há outras cópias? E o tal disquete que permitiu extrair o resultado? A dra. Regina e seu marido realmente não viram a lista? Nenhuma outra cópia foi dada a mais ninguém? Alguma outra pessoa já havia solicitado a mesma lista e ela já estava sendo providenciada, ou os procedimentos foram mesmo tal de última hora mesmo? Sinceramente, também não sei, mas quero ser verdadeiro ante as dúvidas que tenho.

Segundo: se outro senador, ou quem quer que seja, viu ou ficou sabendo da tal lista, não foi por mim, não tirei cópia, não falei com ninguém. Entretanto, é inegável que muitas pessoas comentavam e que outras viram ou ficaram sabendo. As duas reportagens da revista *Ístoé* anteriores ao depoimento da dra. Regina Célia, comprovam esse fato.

Terceiro: convivi com o senador Antonio Carlos Magalhães durante todos estes anos e posso dar — e darei — o meu depoimento de que nunca vi, ou participei de nenhum outro episódio que possa colocar em dúvida a conduta de S. Ex.º. Todas as vezes em que assisti, de perto, sua atuação, esta foi correta. E sempre existiu entre nós uma relação de afeto e respeito.

Quarto: alguns poderão pensar sobre os motivos que fariam o senador José Roberto Arruda revelar esses fatos agora. Estaria fazendo isto para criar algum tipo de comocão ou atrair algum tipo de condescendência? Não, até porque, com relação a esse assunto, não será a minha vontade que prevalecerá. Porém, estou certo que o julgamento desta Casa saberá distinguir este episódio, na sua dimensão registral, com a gravidade dos fatos, provas e atos que deram origem à cassação do ex-senador.

Quinto: fui ingênuo, sim. Minimizei as consequências do episódio — eu e o senador Antonio Carlos, presidente desta Casa.

Quando a comissão de sindicância ouvia as confissões, ela não pensava sobre isso, e talvez, até aquele momento não dando ao episódio a sua real dimensão, pensava sinceramente se o sigilo do voto secreto existia mesmo e se era respeitado efetivamente na Casa. Tive dúvidas.

Quando o dr. Domingos me entregou o envelope de papel pardo — também é verdade —, sem saber do que se tratava, eu o abri. Lá estava a lista de votação. Eu li. Era um papel comum, sem timbre oficial. Tinha a relação dos nomes dos senadores com o voto ao lado. Não tirei cópia. Guardei a lista no envelope e, em seguida, fui ao gabinete do presidente Antonio Carlos. S. Ex.º olhou com atenção; conferiu voto a voto, e juntos fizemos alguns comentários. Estávamos sozinhos na sala. Ainda na minha presença ele pediu que ligassem para a dra. Regina e de fato agradeceu a ela o envio da lista.

A lista ficou com ele. Lembro ainda que eu mesmo pedi para que ele ligasse, para que ela tivesse certeza de que eu entreguei a lista a ele. O que se seguiu depois todos já sabem. Encontrei-me poucas vezes com dra. Regina nesse período e também não falamos sobre isso até que houve a divulgação do teor da conversa entre o senador Antonio Carlos e os procuradores.

"TENHO QUE RECONHECER QUE USEI A VERDADE DA AGENDA E SUAS EVIDÊNCIAS PARA OCULTAR O CONHECIMENTO QUE TINHA DA LISTA E PARA OCULTAR O PRÓPRIO EPISÓDIO. ESCRAVO DA FALHA INICIAL, FALHEI NOVAMENTE"

Assseguro que, por intermédio de mim, ninguém, nenhum senador, nenhuma outra pessoa soube da lista ou do seu conteúdo. E mais: também nunca fiz qualquer alusão ao que vi com quem quer seja.

Um parêntese: quando alguns comentários frequentaram os

corredores e chegaram aos jornais em forma de notas, posso ter contribuído com alguma ligação, posterior, e nunca afirmativa, a respeito da dúvida levantada.

Lamento profundamente que tudo isso tenha ocorrido e assumo publicamente a minha parcela de responsabilidade. Permitam-me, sr@s e srs. senadores, fazer algumas considerações.

Primeiro: a quem interessava, de fato, essa lista? Há outras cópias? E o tal disquete que permitiu extrair o resultado? A dra. Regina e seu marido realmente não viram a lista? Nenhuma outra cópia foi dada a mais ninguém? Alguma outra pessoa já havia solicitado a mesma lista e ela já estava sendo providenciada, ou os procedimentos foram mesmo tal de última hora mesmo? Sinceramente, também não sei, mas quero ser verdadeiro ante as dúvidas que tenho.

Segundo: se outro senador, ou quem quer que seja, viu ou ficou sabendo da tal lista, não foi por mim, não tirei cópia, não falei com ninguém. Entretanto, é inegável que muitas pessoas comentavam e que outras viram ou ficaram sabendo. As duas reportagens da revista *Ístoé* anteriores ao depoimento da dra. Regina Célia, comprovam esse fato.

Terceiro: convivi com o senador Antonio Carlos Magalhães durante todos estes anos e posso dar — e darei — o meu depoimento de que nunca vi, ou participei de nenhum outro episódio que possa colocar em dúvida a conduta de S. Ex.º. Todas as vezes em que assisti, de perto, sua atuação, esta foi correta. E sempre existiu entre nós uma relação de afeto e respeito.

Quarto: alguns poderão pensar sobre os motivos que fariam o senador José Roberto Arruda revelar esses fatos agora. Estaria fazendo isto para criar algum tipo de comocão ou atrair algum tipo de condescendência? Não, até porque, com relação a esse assunto, não será a minha vontade que prevalecerá. Porém, estou certo que o julgamento desta Casa saberá distinguir este episódio, na sua dimensão registral, com a gravidade dos fatos, provas e atos que deram origem à cassação do ex-senador.

Quinto: fui ingênuo, sim. Minimizei as consequências do episódio — eu e o senador Antonio Carlos, presidente desta Casa.

Quando a comissão de sindicância ouvia as confissões, ela não pensava sobre isso, e talvez, até aquele momento não dando ao episódio a sua real dimensão, pensava sinceramente se o sigilo do voto secreto existia mesmo e se era respeitado efetivamente na Casa. Tive dúvidas.



(... de votação. Eu li)

Passava até pela minha cabeça a lembrança, sr. presidente, da votação secreta para a escolha do novo presidente do Senado, em fevereiro último. Alguns senadores teriam combinado previamente com suas lideranças de mostrar os seus votos abertos, para o registro de um fotógrafo, estratégica e previamente colocado naquele ponto da galeria com uma teleobjetiva. Foi a forma encontrada pela liderança de garantir que não haveria defecções e que todos votariam num dos candidatos, o que foi até admitido na imprensa. Então pensei: "Não é essa, também, uma forma de violar o sigilo do voto?" Alguns dirão: "Não, é diferente porque foi consentida, e portanto é menos grave." Outros dirão "É mais grave ainda, porque foi feita antes do voto e não depois e porque pode ter induzido o voto e tirar-lhe, além da espontaneidade, as duas características fundamentais do instituto do voto secreto: a individualidade e o próprio sigilo". Neste caso, os dois estariam comprometidos. "É menos grave", dirão ainda outros, "porque foi uma combinação apenas entre alguns senadores, e não entre todos". Mas sigilo é total ou de sigilo não se trata, já que não existe sigilo parcial, ou sigilo maior e sigilo menor. Sigilo, existe ou não existe.

Feitas essas considerações, sr. presidente, sr@s e srs. senadores, nesses dias intermináveis de recusa, recebi solidariedade, sugestões, provocações, críticas construtivas, outras mais duras, impiedosas, talvez. Recebi orações, gestos comovidos, muita ajuda, muito apoio da minha família e dos meus amigos, generosos comigo.

Os exageros negativos faço questão de esquecer-los. Nada de mágoas. Pronto: já esqueci. Aos gestos solidários, minha gratidão. Mais do que nunca, agora posso dizer que sei do valor de um ombro amigo, de um telefonema, de uma mensagem, de uma oração.

Quero fazer um agradecimento especial aos senadores Ramez Teber, Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino que, com suas declarações públicas, fortaleceram a minha convicção de que deveria refletir mais sobre o caminho que acabei tomando. Aos amigos próximos que foram na mesma direção, meus agradecimentos.

Aos amigos senadores, todos que entenderam o momento difícil que vivo, agradeço por intermédio do senador Ronaldo

"GUARDEI A LISTA NO ENVELOPE E, EM SEGUIDA, FUI AO GABINETE DO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS. SUA EXCELÊNCIA OLHOU COM ATENÇÃO. CONFERIU VOTO A VOTO. ELE PEDIU QUE LIGASSEM PARA A DOUTORA REGINA E, DE FATO, AGRADECEU A ELA O ENVIO DA LISTA"

Cunha Lima, que foi ao meu gabinete de cadeira de rodas, não conseguia falar uma palavra e chorou comigo. Agradeço a todos, sem citar seus nomes, até para preservá-los, mas estejam certos de que lhes agradeço do fundo do meu coração.

E peço desculpas a todos os senadores e senadoras pela falha ou pela indução à falha. Peço desculpas ainda pelo meu acodamento, tolerado com paciência pelos senhores senadores.

Peço desculpas aos funcionários da Casa. Também peço desculpas aos colegas de governo, ao qual, governo, sempre servi com lealdade, até em situações de natureza muito mais graves que esta, e mesmo quando meus mais legítimos interesses políticos foram contrariados. Nunca prejudiquei.

Nestes dias de reflexão repassei cada um desses momentos. Peço desculpas também — e este é o momento mais difícil da minha fala — aos que me elegeram, a Brasília e ao Brasil, com a consciência de que venho apesar dessa falha venho desempenhando este meu mandato, com determinação, honestidade, trabalho e dedicação. Tenho procurado sempre defender Brasília acima de divergências, independentemente de quem seja o governador.

Peço desculpas à imprensa, algumas vezes exagerada ou parcial, mas guardiã da liberdade e da verdade, que compreenderá o meu silêncio nestes últimos dias, necessário para uma reflexão.

Sr@s e srs. senadores, aprendi a lição. Aconteça o que acontecer, sei que terei forças para levantar a cabeça, recomaçar, construir, lutar e voltar ao meu caminho natural e aos sonhos que me levaram à vida pública. Aconteça o que acontecer.

Lembrei muito de mim mesmo, aos 14 anos, em 1968, quando venci minha primeira eleição, para presidente de um inocente grêmio estudantil, e fui impedido de tomar posse por-

que defendia a subversiva proposta do ensino gratuito e universal. Lembrei de que, naquele momento, decidi fazer vida pública — com idealismo, retidão, sem desvios de conduta, para ajudar a mudar o país. Foi esse caminho que me trouxe até aqui.

Não nasci político. Não nasci senador. Não nasci líder do governo. Fui levado à vida pública pela vontade de servir ao meu país. Nasci de uma família pobre e digna, nasci com dignidade. Posso não preservar nada mais, mas vou preservar a minha dignidade. Contudo sr@s senadores, a ambição, a vaidade, o orgulho, o gosto pelo poder, conspirar, e ou conspirar em impulso primário, infantil, como uma alquimia às avessas, que pode transformar o ouro em chumbo. As coisas confundem-se, misturam-se, mesclam-se,

de, pela ambição desmedida, a um atalho, a um desvio, que não é o caminho que tracei. É um aviso para mudar, enquanto é tempo. Por isso também a verdade, a auto-humilhação até de reconhecer a falha, passo necessário e fundamental para retornar o caminho da minha referência, dos meus sonhos.

Eu disse ontem à noite aos meus filhos: vocês não têm que ficar com vergonha de mim. Não roubei! Não enriqueci! Moro no mesmo apartamento que morava antes de ser senador e não recebo nem auxílio-moradia! Não tenho fortuna! Falhei, é verdade, mas estou reconhecendo isto publicamente. Estou no meu primeiro mandato. Tenho cumprido este mandato com esforço, dedicação, mas tenho que reconhecer, neste episódio, e em eventuais outras tramas políticas, uma dose grande de ingenuidade. De fraqueza mesmo. E de acodamento.

Falhei, fui ingênuo, infantil, descuidado algumas vezes, mas pretendo com esse gesto, que vem de dentro da alma, dar o exemplo de que sempre se pode retomar o verdadeiro caminho.

Deus vai me dar forças! Não importa de que ponto recomeçarei minha trajetória de vida, mas recomeçarei. E o farei enriquecido pela lição e pela provação.

Todo ser humano erra. E pode reparar. Corrigir o erro. O cidadão comum quando erra paga o preço apenas no seu ambiente restrito, muitas vezes restrito a ele próprio.

Nós, que fazemos vida pública, não.

O nosso erro é ampliado, e evidenciado, comentado e evidenciado. Mas é bom que seja assim! Se fazemos vida pública temos que ser e dar o exemplo. Ser modelo.

Que bom se esse momento levar cada um a refletir sobre si, sem passar pelo que estou passando.

Espero também, e sinceramente, que esse episódio nos leve ao fim do voto secreto, essa excessância, origem disso tudo. Será que não estamos discutindo o ritual em detrimento do conteúdo?

Não estamos desviando o foco da verdadeira discussão? Pois mais importante do que levantar o conhecimento do que já devia, por origem, ser de conhecimento público, não seria acabar com essa distorção?

Quem tem direito ao sigilo do

voto é o eleitor que nos escolhe. Nós, os escolhidos, não, temos que votar aberto, sempre, sem medo, para que a sociedade que nos elege possa acompanhar o nosso desempenho, avaliar nossa coerência e o nosso trabalho.

No jornal *O Globo* de ontem, um leitor, numa carta, alertava que esse assunto está desviado da sua causa verdadeira: o voto secreto. O que precisa ser resolvido, diz ele, não é a segurança do computador para manter o sigilo, mas exatamente o contrário: a divulgação da opinião dos parlamentares sem restrições.

Das coisas que consegui ler nesse período, duas me chamaram muito atenção e creio mesmo que não caíram na minha mão por acaso.

Primeiro, um texto que fala que esta virada de milênio é tempo de transmutação, de renascimento e de luz.

Um segundo, assinado por Stephen Kanitz, numa revista velha que encontrei onde estava, chamado "Ambição e Ética". Diz ele: "Não há nada de errado em ser ambicioso, mas o erro que muitos temos cometido — e eu certamente cometi — é definir a ambição antes de definir a ética". Porque se se define antes a ética, ou seja, o que não se quer fazer para alcançar seus objetivos, como não roubar, não mentir, não pisar nos outros para atingir sua ambição, aí o processo de ambição é sadio. Mas se se define a ambição antes, aí a tendência é reduzir o rigor ético e não reduzir a ambição.

Devo quero, não posso e não devo continuar escravo de uma falha inicial.

De coração, este caminho, conscientemente, escolhi.

Retirei meu pedido de desculpas aos senadores, aos funcionários, aos jornalistas, a Brasília, ao Brasil e a estas crianças que, talvez para aumentar o castigo, me estão aqui ouvindo.

Agradeço a compreensão e a contribuição de todos, e estou, a partir de agora, ainda que mais sofrido, menos vaidoso e mais convicto do rumo que sempre estabeleci como meta, à inteira disposição desta Casa.

Eu passo. Os senhores passam. Mas o Senado fica e tem de ser preservado. Por isso, encerro dizendo que este meu gesto tem o objetivo principal de satisfazer à minha consciência, cumprir um dever e, acima de tudo, preservar a dignidade do Senado Federal, instituição essencial à democracia.

Uma última palavra aos meus filhos: desculpem-me, muito obrigado e não precisam ter vergonha de mim. Obrigado.

"EU DISSE ONTEM À NOITE AOS MEUS FILHOS: VOCÊS NÃO TÊM QUE FICAR COM VERGONHA DE MIM! NÃO ROUBEI! NÃO ENRIQUECI!"

"NÃO QUERO, NÃO POSSO E NÃO DEVO CONTINUAR ESCRAVO DE UMA FALHA INICIAL"

individual, por isso, por ironia, o texto está escrito à mão, não sei escrever em computador.

Pensei também no doutor Domingos Lamoglia, um homem íntegro, comigo há muito tempo, pensei nos meus funcionários, todos, e nos funcionários do Prodasen, que sequer conheço pessoalmente e que, com esse meu gesto, talvez tenham que responder apenas à comissão interna do Senado, poupando a todos de mais constrangimento nesta Casa.

E que todos digam a verdade, somente a verdade — mas toda a verdade.

Srs. senadores, eu estava numa encruzilhada: ou continuar errando, para tentar justificar um deslize inicial, ou lembrar o ensinamento de São Pedro, que, depois de negar três vezes, se arrependeu, voltou ao caminho da verdade e dedicou todo seu resto de vida àquele pecado.

Devo quero, não posso e não devo continuar escravo de uma falha inicial.

De coração, este caminho, conscientemente, escolhi.

Retirei meu pedido de desculpas aos senadores, aos funcionários, aos jornalistas, a Brasília, ao Brasil e a estas crianças que, talvez para aumentar o castigo, me estão aqui ouvindo.

Agradeço a compreensão e a contribuição de todos, e estou, a partir de agora, ainda que mais sofrido, menos vaidoso e mais convicto do rumo que sempre estabeleci como meta, à inteira disposição desta Casa.

Eu passo. Os senhores passam. Mas o Senado fica e tem de ser preservado. Por isso, encerro dizendo que este meu gesto tem o objetivo principal de satisfazer à minha consciência, cumprir um dever e, acima de tudo, preservar a dignidade do Senado Federal, instituição essencial à democracia.

Uma última palavra aos meus filhos: desculpem-me, muito obrigado e não precisam ter vergonha de mim. Obrigado.

